

Chefia feminina de domicílios em alguns países da América Latina: empoderamento feminino ou aumento da pobreza?

Gustavo Henrique Naves Givisiez¹

Elzira Lúcia de Oliveira²

Resumo

O relativo aumento do número de mulheres que se declaram responsáveis por domicílios tem sido observado em alguns países da América Latina. Entretanto, o aumento da proporção de mulheres chefes é associado a duas hipóteses aparentemente antagônicas. Uma primeira hipótese associa esse fato ao empoderamento das mulheres e à entrada no mercado de trabalho. De forma antagônica, outra explicação associa esse aumento às famílias monoparentais, nas quais as mulheres são as mantenedoras. Ou seja, a primeira hipótese entende que o fenômeno é consequência da diminuição das diferenças entre os sexos e a segunda ressalta o aumento da fragilidade e pobreza das famílias chefiadas por mulheres. O presente artigo apresenta, de forma descritiva, funções de chefia de domicílios, por sexo e idade, em países latino-americanos, e as categoriza segundo a qualidade escolaridade e posição na ocupação dos chefes. O objetivo central é categorizar as mulheres chefes dentre as duas hipóteses apresentadas. Os resultados desse artigo consideram que, na elaboração de políticas habitacionais, os padrões e níveis da demanda por habitação podem sugerir políticas distintas das comumente utilizadas.

Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

Agradecimentos: Este artigo é baseado em estudos desenvolvidos no âmbito de projetos de pesquisa financiados com recursos da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro Carlos Chagas Filho (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ Universidade Federal Fluminense, Brasil; e-mail: ghnaves@globocom

² Universidade Federal Fluminense, Brasil; e-mail: elziralucia@globocom

Givisiez, Gustavo Henrique Naves; Oliveira, Elzira Lúcia. Chefia feminina de domicílios em alguns países da América Latina: empoderamento feminino ou aumento da pobreza?

1 Introdução

O relativo aumento, nas últimas duas décadas, do número de mulheres que se declaram responsáveis por domicílios tem sido observado em alguns países da América Latina. Esse fenômeno é relevante na elaboração de políticas habitacionais já que, para norteá-las, é desejável que se conheça os padrões e níveis da demanda por habitação que essas taxas refletem, para que sejam elaboradas linhas de crédito estratificadas, subsídios de naturezas diversas ou medidas de incentivo ao setor da construção civil.

É fato que a decisão de compra de uma residência por uma família nuclear envolve relações de gênero e, por isso, é reflexo das tensões e ambiguidades do poder econômico e cultural que cada um dos membros na família exerce. Intuitivamente, o personagem feminino influencia a escolha dos fatores subjetivos, a exemplo dos clichês de casas de cercas brancas e com jardins floridos. Nessa fantasia do senso comum, aos homens estariam reservadas as questões associadas a custos, formas de pagamento, construção e reformas, e financiamentos bancários. Entretanto, na prática, o poder familiar de determinados membros, sejam eles homens ou mulheres, pais, filhos ou avós, influenciam nas decisões finais da compra, inclusive no diz respeito às questões econômicas. Nesse sentido, o aumento da proporção de mulheres se declarando chefes de domicílios, pode impulsionar mudanças de padrões de consumo, o que sugeriria políticas diferenciadas para aquisição do bem habitação.

Uma das explicações para aumento da proporção de mulheres chefes de domicílios poderia associar o fenômeno ao empoderamento das mulheres e à crescente participação feminina no mercado de trabalho. Ou seja, a maior proporção de mulheres responsáveis por domicílios estaria associado ao poder econômico, cultural e social conquistado por elas. Essa justificativa teria consequências importantes nas políticas habitacionais, nas linhas de financiamento imobiliário e nos planos de marketing dos empreendimentos imobiliários. Por outro lado, a chefia feminina é comumente associada a famílias pobres, nas quais as mulheres são forçadas a arcar com a manutenção financeira do domicílio por meio de um emprego precário. Nessa segunda hipótese, o aumento dos divórcios ou de mães que criam seus filhos sozinhas teria como consequência o aumento da pobreza das famílias, ou ao fenômenos da *feminização da pobreza*, como denominam alguns autores. Nesse contexto, as preocupações deveriam se voltar para políticas de qualificação profissional, empoderamento feminino e distribuição de renda.

Percebe-se então que essas duas explicações remetem a um antagonismo que por si só justifica o aprofundamento dos estudos. A primeira hipótese entende que o fenômeno é consequência da diminuição das diferenças entre os sexos. A segunda, por sua vez, ressalta o aumento da fragilidade e pobreza das famílias chefiadas por mulheres. A proposta deste artigo é ampliar a discussão apresentando, de forma descritiva, funções de chefia de domicílios, por sexo e idade, em um conjunto de países latino-americanos. As funções de chefia serão ainda categorizadas segundo a escolaridade e posição na ocupação dos chefes. O objetivo central é, baseado em dados de censos nacionais, disponibilizados pelo *Integrated Public Use Microdata Series International* – IPUMS, categorizar as mulheres chefes dentre as duas hipóteses antagônicas apresentadas. Em função da disponibilidade de dados os países selecionados no presente estudo foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela.

2 Antecedentes na literatura

Frequentemente, as abordagens sobre a pobreza de famílias monoparentais femininas e o empoderamento feminino não são concomitantes, ou seja, os estudos geralmente se focalizam em apenas um dos temas isoladamente. Adicionalmente, vale ressaltar que os antecedentes da literatura aqui apresentados procuraram abordar, preferencialmente, estudos com abordagens quantitativas.

Estudos sobre a pobreza e arranjos familiares frequentemente associam a pobreza com arranjos familiares representada por casais jovens ou por mulheres chefes sem cônjuge, sendo que nos dois casos há a presença de filhos ou parentes. Arriagada³ (2007), por exemplo, confirma essa hipótese para famílias Latino Americanas, maior incidência de pobreza em lares com filhos ou parentes, chefiados por mulheres sem cônjuge e por casais jovens. Entretanto, na região metropolitana de São Paulo, nos anos 90 e início dos 2000, teria sido notada a mudança do padrão do emprego "com a maior participação da cônjuge e da chefe feminina em atividades remuneradas e na provisão familiar" (MONTALI e TAVARES, 2008:213). A participação das mulheres no mercado de trabalho teria ainda atenuado o empobrecimento, mas não impedido que a renda familiar observada declinasse nesse período. Nas regiões metropolitanas brasileiras, em 2006, os arranjos chefiados por mulher, com presença de filhos e parentes, constituíam o segundo grupo na escala entre os mais vulneráveis à pobreza e, nos domicílios com chefia feminina sem a presença de cônjuge, teria sido verificada a redução da taxa de desemprego, embora com uma maior proporção de ocupações precárias, indicando condições mais desfavoráveis para inserção no mercado (MONTALI e TAVARES, 2008).

Os trabalhos que advogavam pela tese da chefia de domicílio feminina associada à pobreza do domicílio cunharam a expressão *feminização da pobreza*⁴ que expressava a relação direta entre os domicílios chefiados por mulheres e a piores condições sociais e econômicas daquela unidade. Entretanto, Castro (1999: p. 90) ressalta que o termo é usado muitas vezes retratando:

diferenciais quanto a posições no mercado, entre homens e mulheres, pelas quais tais diferenciais seriam sanados por cotas para inserção de mulheres em lugares reservados a homens, por exemplo, ou por combinar programas específicos a favor de grupos mais discriminados, como as mulheres e os negros com medidas que implicam cortes de conquistas sociais de todos os trabalhadores, ou seja, no repassar para os trabalhadores um pseudo "custo Brasil" do emprego, pelo qual se entende que as restrições do mercado quanto a emprego se devem ao custo dos encargos sociais.

Entretanto, esta mesma autora adverte que existe uma corrente de analistas que defendem a tese de que o termo *feminização da pobreza*, não deve ser entendido como o aumento da participação feminina entre os pobres, mas, sim pelo aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres, em decorrência do processo histórico experienciado por essas protagonistas.

historicamente, o trabalho da mulher não remunerado no cuidar dos filhos, da casa, do marido não seria contabilizado na produção de riqueza e que, por outro lado, se considerada não a renda familiar, mas a renda individual, seriam as esposas, e não as chamadas mulheres chefes de família (principalmente se da mesma faixa etária),

³ Citado por Montali e Tavares (2008)

⁴ Termo introduzido pela pesquisadora estadunidense Diane Pearce em 1978, associado ao aumento ao aumento de famílias pobres chefiadas por mulheres (NOVELLINO, [2002]).

as que mais se destacariam como mais pobres entre os pobres, assim como as mais velhas vivendo sós — achado que também registrei quando elaborei tese de doutorado sobre mulheres chefes de família no Brasil, no período 1950-80 (CASTRO, 1999:p. 3 e 4).

Segundo a autora, as mulheres que transitam da situação de cônjuge para chefe de domicílio sem a presença de um cônjuge do sexo masculino, se tornam mais pobres não porque se tornaram chefes. A raiz do empobrecimento se encontra na falta do provedor que existia na situação anterior e, tendo sido essa mulher esposa, não teve as mesmas oportunidades de mulheres e homens solteiros de se dedicar a uma carreira no mercado de trabalho. Sendo assim, tornam-se mais vulneráveis à situação de pobreza quando se separam e se vêm obrigadas a desempenhar o papel de chefes, provedoras, mães e cuidadoras.

De acordo com Pearce (1978) apud Novellino [2002], a *feminização da pobreza* deve ser estudada segundo as fontes de renda (salarial; transferência privada, transferência pública) e os resultados das políticas públicas de redução da pobreza.

Novellino [2002] fez uma revisão dos estudos que se seguiram ao de Pearce (1978), nos anos 1980, 1990 e 2000 e ressalta que esses estudos se desenvolveram com apoio de organismos internacionais aos países em desenvolvimento com o objetivo de subsidiar políticas e ações para a redução da pobreza. Neste sentido a autora destaca a pesquisa intitulada “Chefia feminina e pobreza em países em desenvolvimento” desenvolvida pelo *Population Council*, aquele que considerou o mais importante. Entre os resultados, publicados nos anos 1990, a ressalta o meta-estudo de Buvinic e Gupta (1994) composto por 65 estudos. Entre eles, 61 examinaram a relação entre chefia de domicílio feminina e pobreza.

A maior parte deles (38), chegou à conclusão de que os domicílios chefiados por mulher estavam sobrerrepresentados entre os pobres. Outros 15 estudos concluíram que a pobreza estava associada somente a certos tipos de chefia feminina ou então, que esta associação aparecia somente quando se usava determinados indicadores. Dos 61, oito demonstraram não haver evidência empírica para a hipótese de uma maior pobreza dos domicílios chefiados por mulher.

Buvinic e Gupta (1994:36) defendem a implementação de políticas públicas para mulheres chefes de domicílio ou de família, pois, segundo elas, “chefia feminina e pobreza estão fortemente correlacionadas em países em desenvolvimento, e tomar como alvo chefia feminina pode reduzir a pobreza das mulheres com grande benefício para seus filhos, mais do que se poderia obter se se tomasse como alvo as famílias chefiadas por homem com a mesma quantidade de recursos”. (NOVELLINO [2002:p.5].

Em contraposição, o estudo de Rogers (1995) para a República Dominicana não encontrou evidências de que os domicílios chefiados por mulheres fossem mais pobres relativamente àqueles chefiados por homens, contudo, ao verificar maior dependência dos primeiros em relação à transferências e doações, o autor atribui maior vulnerabilidade a esses arranjos domiciliares.

No Brasil, segundo Novellino, [2002], o trabalho de Barroso (1978) apresentado no I Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais “Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família” segue o arcabouço de Pearce (1978). Embora a autora não tenha utilizado o conceito de *feminização da pobreza*, os resultados segundo os dados da PNAD foram os seguinte:

(a) quase a metade das mulheres chefes tinha 50 anos ou mais; (b) seu nível de instrução era bem mais baixo que o dos homens; (c) menos da metade das mulheres chefes eram economicamente ativas; (d) menos de 20% recebiam pensão ou aposentadoria; (e) os rendimentos das mulheres eram muito mais baixos que o dos homens (NOVELLINO, 200, :p. 9].

Lavinias (1996) ao comparar os diferenciais salariais entre homens e mulheres, verifica que, em que pese a diminuição dos diferenciais por sexo, ao comparar as mulheres economicamente ativas pobres com as não-pobres verificou um aumento das diferenças salariais entre as mulheres. Sendo isto verdade, não se pode atribuir como determinante da pobreza das unidades domiciliares chefiadas por mulheres à chefia feminina em si. Existem desigualdades nesse grupo oriundas das assimetrias de gênero, contudo, existem desigualdades originadas da estrutura de renda do país, refletindo as diferenças entre pobres e ricos, independentemente das desigualdades de gênero e da chefia de domicílio.

O trabalho de Novellino (2002) indica que nem toda fonte de desigualdade de gênero, necessariamente, indica a mulher em situação desfavorável, poder-se-ia dizer de uma desigualdade reversa, conseqüente da própria construção social dos papéis de homens e mulheres na sociedade. Ao comparar domicílios chefiados por mulheres sem a presença do cônjuge, com domicílios chefiados por homens na mesma situação, a autora verificou que os homens encontram-se em desvantagem relativamente às mulheres. Esse resultado sugere que as mulheres teriam uma *seleção natural* para desempenhar múltiplos papéis na sociedade e na família, pois, independentemente, da sua situação ocupacional, a elas era atribuída a responsabilidade de cuidar da prole. Ao homem sempre foi atribuída a função de provedor sem a preocupação dos cuidados com a prole, historicamente designados à mulher, não tendo por isso desenvolvido um instinto de sobrevivência suficientemente forte quando se vêm obrigados a desempenhar duplos papéis na família.

Os estudos sobre o empoderamento das mulheres frequentemente abordam temas como a violência doméstica e tipos de ocupações no mercado de trabalho, sendo mais freqüente estudos com abordagem qualitativa. Boni (2004), por exemplo, relata a sindicalização de mulheres no sindicato rural de Chapecó, ocorrida a partir da década de 1980. Pois, segundo a autora, a maior parte das mulheres sindicalizadas eram viúvas, e as casadas e solteiras eram dependentes dos maridos e dos pais. Com a direção masculina do sindicato, não havia incentivo à sindicalização de mulheres. A mudança ocorreu com o aumento dos movimentos de oposição nos sindicatos:

Apoiadas pelo trabalho das alas progressistas da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Rurais, as oposições sindicais foram conquistando vários sindicatos considerados conservadores, entre eles o STR de Chapecó, conquistado em 1982, um dos maiores sindicatos de trabalhadores rurais do estado. A sindicalização das trabalhadoras foi uma das principais bandeiras da campanha da oposição sindical em Chapecó (BONI, 2004:290).

A partir dos anos 1990 as discussões sobre a participação das mulheres ficaram mais intensas e em 1996, uma mulher ocupa o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, assim como em outros sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região (BONI, 2004)

O retrato das desigualdades de gênero e raça, elaborado por Pinheiro et al (2008) encontra evidências, ainda que tênues em direção a uma simetria de gênero, refletida no aumento entre 1993 e 2007, da proporção de famílias monoparentais masculinas em relação ao total de famílias chefiadas por homens, de 2,1% em 1993 para 3% em 2007. Em contraposição, o estudo esclarece que o percentual de famílias monoparentais femininas entre o total de famílias chefiadas por mulheres decresceu de 69,3% em 1993 para 49,2% em 2006. Os autores ainda reforçam a tese da diminuição das desigualdades de gênero relatando aumento do arranjo familiar composto por casais com filhos e chefiados por mulheres:

Em quinze anos (1993-2007), o número desse tipo de família dentre o universo das chefiadas por mulheres aumentou mais de 10 vezes, passando de 3,4% em 1993 (ou aproximadamente 301 mil em número absoluto) para 18,3% em 2007 (ou

aproximadamente 3,6 milhões de famílias. Tais dados apontam para um questionamento do lugar simbólico do homem como o provedor exclusivo. Supondo-se um padrão de família tradicional formado por mãe, pai e filhos, sem considerar os novos arranjos familiares contemporâneos, esse dado nos leva a pensar num horizonte cultural mais igualitário entre homens e mulheres dentro das famílias, seguidas de um maior empoderamento para as mulheres. (PINHEIRO ET AL, 2008: p. 17).

Nesse sentido, Mendes (2002) sugere que a chefia feminina de domicílio deve ser analisada de vários ângulos na medida em que as mulheres constituem um grupo heterogêneo. Neste ponto, a chefia feminina estaria relacionada na maior parte dos casos, à situação de pobreza, entre as mulheres mais pobres e menos escolarizadas. Por conseguinte essas mulheres também apresentam inserção precária no mercado de trabalho. Por outro lado, as mulheres mais escolarizadas e com participação vantajosa no mercado de trabalho, poderiam ser chefes de domicílio em decorrência de sua autonomia financeira. Nesse sentido, Mendes (2002) em parte tem aderência com o trabalho de Lavinás (1996), indicando que nem todas as diferenças são de gênero.

Vale a referência ainda aos princípios contidos nos tratados internacionais de direitos humanos, que articulam uma ampla gama de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Documentos distintos consideram responsabilidades dos estados nas proteções de direitos humanos para mulheres, povos indígenas, crianças, trabalhadores e pessoas com deficiência. Dessa forma, uma referência indispensável aos estudos sobre a discriminação por sexo é o conjunto de Relatórios de Desenvolvimento Humano, publicados entre 1996 e 2009, elaborados pelo Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Os princípios que regem a elaboração dos indicadores do PNUD baseiam-se nas declarações associadas aos direitos humanos que dentre outras assertivas, procuram assegurar a liberdade, bem-estar e dignidade de todas as pessoas, em todos os lugares, garantindo, dentre outros pontos a ausência de discriminação. Dentre cinco dimensões sujeitas a discriminação - sexo, raça, etnia, nacionalidade ou religião, a discriminação por sexo é a de mensuração mais objetiva.

Entende-se que o esforço do PNUD na divulgação e popularização de mensurações quantitativas sobre as diferenças de gênero e sobre empoderamento das mulheres é um importante marco na definição de padrões e critérios de referência. Nesse sentido, um desses indicadores é o Índice de Desenvolvimento Relativo ao Gênero - IDG, que avalia as três dimensões do desenvolvimento humano⁵ para os dois sexos separadamente e distribui equitativamente os índices. Esse indicador procura captar as desigualdades de realização entre mulheres e homens ajustando o IDH para baixo quando há desigualdades entre os gêneros. Dessa forma, quanto maior a disparidade entre os sexos no desenvolvimento humano básico, menor é o IDG de um país em relação ao seu IDH.

⁵ Vida Longa e saudável, estimada pela esperança de vida ao nascer; nível de conhecimentos, estimada pela compunção entre a taxa de alfabetização e taxa de atendimento escolar; e nível de vida digno, estimada pelo rendimento médio.

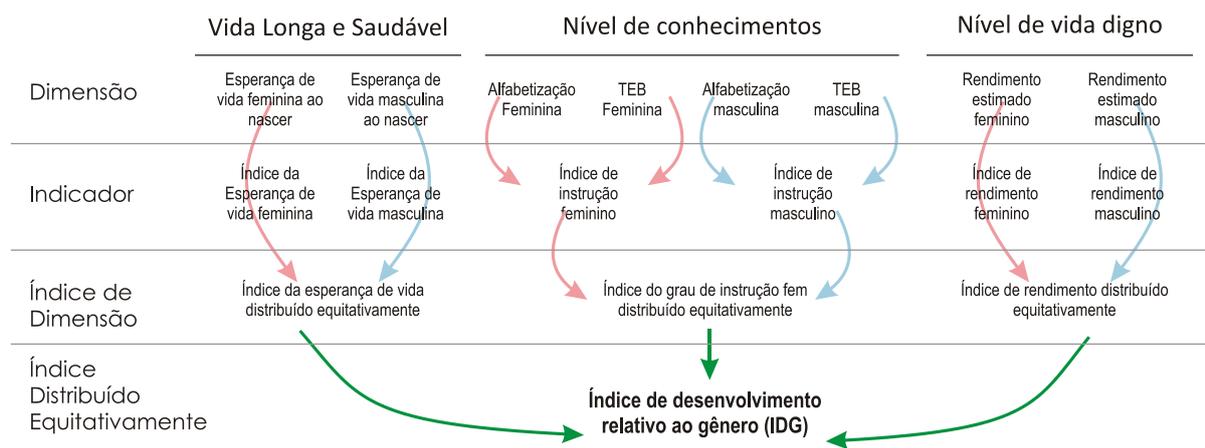


Figura 1: Construção do Índice de Desenvolvimento relativo ao gênero (IDG)

Fonte: Adaptado de PNUD (2009)

Outra medida apresentada por estudos do PNUD é a Medida de Participação segundo o Gênero – MPG ou Indicador de Equidade de Gênero – IEG. Esse indicador de equidade de participação na sociedade procura revelar se as mulheres tomam parte ativa na vida econômica e política. Dessa forma, de forma distinta ao IDG, o MPG é centrado mais nas oportunidades do que nas capacidades das mulheres e focaliza-se na desigualdade de gênero em áreas fundamentais da participação econômica, política e de tomada de decisão de um país. Tal indicador procura captar a desigualdade entre os sexos em três áreas fundamentais: (i). a participação política e poder de tomada de decisão, medida pelo percentual de mulheres e homens nos assentos parlamentares; (ii). a participação econômica e poder de tomada de decisão, estimada pelo percentual de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor, e pelo percentual de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas e; (iii) o poder sobre os recursos econômicos, estimada pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens.

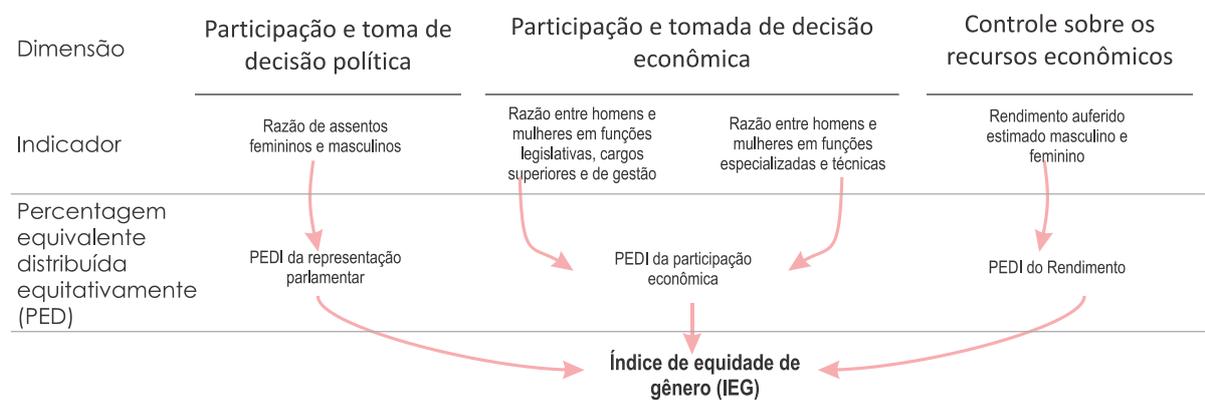


Figura 2: Construção do Índice de Equidade de Gênero (IEG)

Fonte: Adaptado de PNUD (2009)

Por fim, com o intuito de assegurar a inclusão dos talentos, habilidades, experiências e energia das mulheres, uma iniciativa conjunta do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres – UNIFEM e o Pacto Global das Nações Unidas - UNCG, elaborou os Princípios de Empoderamento das Mulheres. Esses princípios “fornecem um conjunto de considerações que auxiliam o setor privado a se concentrar nos elementos-chave, essenciais para a promoção de igualdade de gênero no ambiente de trabalho, no mercado e na comunidade”. (UNIFEM e UNCG, 2004, p. 1-2). Direcionado ao setor privado e às corporações, o documento sugere o acompanhamento de pontos relevantes a igualdade entre

sexos, considerando um amplo espectro de políticas e operações corporativas, baseados em técnicas, ferramentas e práticas que tragam resultados, sugerindo formas de se pesquisar e analisar as atuais iniciativas e práticas. Os sete princípios de empoderamento contidos nesse documento abordam:

1. A Liderança Promove Igualdade de Gênero; 2. Igualdade de Oportunidades, Inclusão e Não-discriminação; 3. Saúde, Segurança e Fim da Violência; 4. Educação e Treinamento; 5. Desenvolvimento Empresarial e Práticas de Cadeia de Suprimentos e Marketing; 6. Liderança Comunitária e Engajamento; e 7. Transparência, Mensuração e Relatório (UNIFEM e UNCG, 2004, p. 3-5)

3 Definições Dados e métodos

Este estudo apresenta uma análise descritiva e comparativa de quatro funções observadas na população de seis países latinoamericanos, todas elas desagregadas por idade e sexo. A fonte da dados utilizada foram os censos demográficos disponíveis no IPUMS, abordando pelo menos três pesquisas censitárias em cada um dos seis países (ver figura 3). O IPUMS é um site na Internet e uma base de dados administrado pelo Minnesota Population Center, da Minnesota University, cujos objetivos são disponibilizar uma grande quantidade de microdados de pesquisas censitárias realizadas em vários países. O site tem ainda o mérito de compatibilizar as diversas pesquisas oriundas desses países, contornando as diferenças de definição, períodos e de documentação, além de disponibilizar microdados em um formato padronizado e consistente. As funções observadas e escolhidas para análise foram: a chefia de domicílio e a taxa de atividade dos chefes.

A taxa de chefia de domicílios (${}_nT_x^s$) é definida pela porcentagem de pessoas chefes de domicílios ou principais de cada grupo de idade (equação 1) e trata-se de um indicador fundamental para projeção da demanda demográfica por moradias. A variação observada na função de chefia, nos últimos 30 anos no Brasil, foi, de fato, a principal motivação para a elaboração deste artigo. O número de chefes é facilmente obtido por meio de censos demográficos, e a definição do chefe ocorre, na maioria das vezes, segundo uma hierarquia de provedor principal como também uma hierarquia de idade, mantendo uma tradição de matriarcado ou patriarcado. Nesse sentido, a declaração da chefia de determinado domicílio se associa à pessoa que é considerada, no âmbito dessa família, como a principal provedora e reflete, diretamente, as relações de gênero predominantes em determinada sociedade.

$$h_x^s = \frac{n_x^s}{N_x^s} \tag{1}$$

Considerando que:

h_x^s Taxa de chefia do sexo s , no grupo etário de x a $x+n$ anos completos, no ano t

N_x^s População do sexo s , no grupo etário de x a $x+n$ anos completos, no ano t

n_x^s Total de chefes do sexo s , no grupo etário de x a $x+n$ anos completos, no ano t

A segunda variável analisada foi a taxa de atividade, por idade, dos chefes homens e das chefes mulheres. A taxa de atividade foi estimada pela porcentagem da população economicamente ativa - PEA, em relação à população em idade ativa - PIA⁶. A PEA é geralmente representada pelos os indivíduos empregados em atividades remuneradas, ou, em alguns casos, também pelos trabalhadores domésticos não-remunerados. As donas-de-casa, que não exercem tarefas domésticas remuneradas, os estudantes, aposentados, e outros, normalmente são excluídos da PEA. Incluem ainda na PEA os trabalhadores que não estando

⁶ Assumido como as pessoas com idade superior a 15 anos.

empregados, estejam procurando trabalho. A função por idade da taxa de atividade provavelmente refletirá de forma inequívoca a participação das mulheres na atividade econômica de uma região e, dessa forma, espera-se que tenha aderência com as variações observadas nas taxas de chefia.

$$RS_j = \frac{\% \text{ Homens}^j}{\% \text{ Mulheres}^j} \quad (2)$$

Considerando que:

RS_j	Razão de sexos ajustada na categoria i
$\% \text{ Mulheres}^j$	Proporção de chefes mulheres na categoria j
$\% \text{ Homens}^j$	Proporção de chefes homens na categoria j

Por fim, apresentar-se-á a razão de sexos ajustada segundo categorias de ocupação e escolaridade, baseado em variáveis pré-codificadas nas bases de dados do IPUMS. Essa estimativa é calculada pela razão entre a proporção total de chefes homens e mulheres em cada categoria de análise (equação 2). O resultado da estimativa será maior que uma unidade quando a proporção de homens for maior do que a de mulheres na categoria de análise j; e será menor que uma unidade quando a proporção de mulheres for maior que a de homens na categoria de análise j. A categorização da escolaridade considerou quatro categorias, sendo elas: "Não completou o nível fundamental", "Nível fundamental completo", "Nível secundário completo" e "Nível superior ou mais". A categorização de ocupação, por sua vez, considerou as categorias "Diretores e gerentes"; "Profissionais científicos e intelectuais"; "Técnicos e profissionais de nível médio"; "Pessoal de Apoio Administrativo"; "Trabalhadores de serviços e comerciários"; "Agricultores e trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais e da pesca"; "Operários e artesãos de ofícios mecânicos e da construção civil", "Operadores de máquinas e equipamentos" e "Ocupações elementares".

4 Resultados e discussão

A tabela 1 apresenta os valores publicados para o IDG e para o IEG nos seis países selecionados para análise. As colunas “ordem” apresentadas nessa tabela indicam a classificação dos países em relação aos demais países membros da ONU, ou, exemplificando, o Chile é o país melhor classificado dentre os seis, e é o 44º dentre os 177 países para os quais os indicadores de desenvolvimento foram estimados em 2008. Nota-se que os seis países analisados foram melhor classificados na estimativa do IDG do que no IDH, indicando que nesses países não existe diferencial significativo entre homens e mulheres no que diz respeito às três capacidades básicas assumidas pelo PNUD, na construção dos IDH, ou seja: vida longa e saudável; conhecimento; e acesso a meios necessários a um padrão de vida digno. Entretanto, no que diz respeito à oportunidades e desigualdade de gênero em áreas fundamentais da participação econômica, política e de tomada de decisão de um país, a Argentina, Venezuela e Bolívia são os únicos que não perderam posição em relação ao IDG. Destaque deve ser dado à Argentina, classificada como 49º país dentre os 177 na estimativa do IDH, mas foi classificado como 24º país na estimativa do IEG.

Tabela 1
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento relativo ao Gênero (IDG) e Índice de Equidade de Gênero (IEG). Países selecionados, 2009

País		IDH		IDG			IEG		
Cod	Nome	Ordem	Valor	Ordem	Valor	% IDH	Ordem	valor	IDG-IEG
152	Chile	44	0,878	41	0,871	99,2%	75	0,526	-34
32	Argentina	49	0,866	46	0,862	99,5%	24	0,699	22
862	Venezuela	58	0,844	55	0,827	98,0%	55	0,581	0
76	Brasil	75	0,813	63	0,810	99,6%	82	0,504	-19
170	Colômbia	77	0,807	64	0,806	99,9%	80	0,508	-16
68	Bolívia	113	0,729	91	0,728	99,9%	78	0,511	13

Fonte: PNUD (2008)

As maiores idades médias dos chefes de domicílio são encontradas na Argentina e no Chile e as menores são observadas na Venezuela e na Bolívia (Tabela 2). Em todos os casos analisados, a chefia feminina é mais tardia do que a masculina sendo que os maiores diferenciais entre os sexos foram notados no Brasil e na Argentina. A chefia feminina mais tardia está provavelmente associada à sobre mortalidade masculina e, dessa forma, seria consequência da maior viuvez das mulheres. Essa explicação seria um indicativo de que a declaração da chefia do domicílio acompanha uma tradição de patriarcado, uma vez que as mulheres casadas tenderiam a não se declarar chefes de domicílio. Outra hipótese para maior idade das mulheres que se declaram chefes pode também ser o aumento no número de separações e divórcios que resultam na formação de um novo domicílio no qual a mulher é a pessoa principal, o que, certamente tem impacto sobre a idade média dos chefes. Entretanto, também nesse caso, não é possível refutar a hipótese de que as mulheres casadas não se declaram chefes de domicílios.

Tabela 2
Idade média dos chefes de domicílios baseado nos censos demográficos. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela

País	Censo Demográfico	Idade média do chefe		
		Homens	Mulheres	Diferença
Argentina	1970	46,34	54,13	7,79
	1980	47,09	55,21	8,12
	1991	47,28	55,96	8,68
	2001	48,50	55,42	6,92
Chile	1970	44,56	50,73	6,17
	1982	44,97	52,23	7,26
	1992	45,30	51,87	6,57
	2002	47,32	51,68	4,36
Brasil	1960	42,16	51,55	9,39
	1970	42,78	51,49	8,71
	1980	42,71	51,92	9,21
	1991	43,28	51,35	8,07
	2000	44,50	50,68	6,18
Colômbia	1973	42,99	44,61	1,62
	1985	43,89	48,82	4,93
	1993	43,88	48,29	4,41
	2005	45,68	48,99	3,31
Venezuela	1971	42,93	48,60	5,67
	1981	42,33	47,54	5,21
	1990	42,61	47,56	4,95
	2001	44,42	49,03	4,61
Bolívia	1976	42,08	46,76	4,68
	1992	42,60	46,13	3,53
	2001	43,12	44,95	1,83

Fonte: IPUMS (2010)

4.1 Taxas de chefia totais

Os gráficos a seguir, apresentam funções estimadas para as taxas de chefia. Inicialmente, foram apresentados os padrões de chefia dos domicílios brasileiros para ambos os sexos, segundo grupos quinquenais de idade (15 a 19 anos até 95 anos e mais) estimadas a partir dos dados dos censos de 1960 a 2000 (figura 3). Observa-se que as taxas de chefia dos homens brasileiros apresentam uma suave, mas progressiva, queda para o grupo etário compreendido pelas idades de 25 a 45 anos entre 1970 e 1990. Já, para os grupos etários acima de 45 anos, observa-se uma elevação progressiva das taxas de chefia para todo o período analisado. Já em 2000, relativamente a 1990 verifica-se uma queda mais acentuada para o grupo etário compreendido entre os 25 e 65 anos de idade e um crescimento no grupo etário compreendido entre os 65 e 85 anos de idade nos anos de 1990 e 2000.

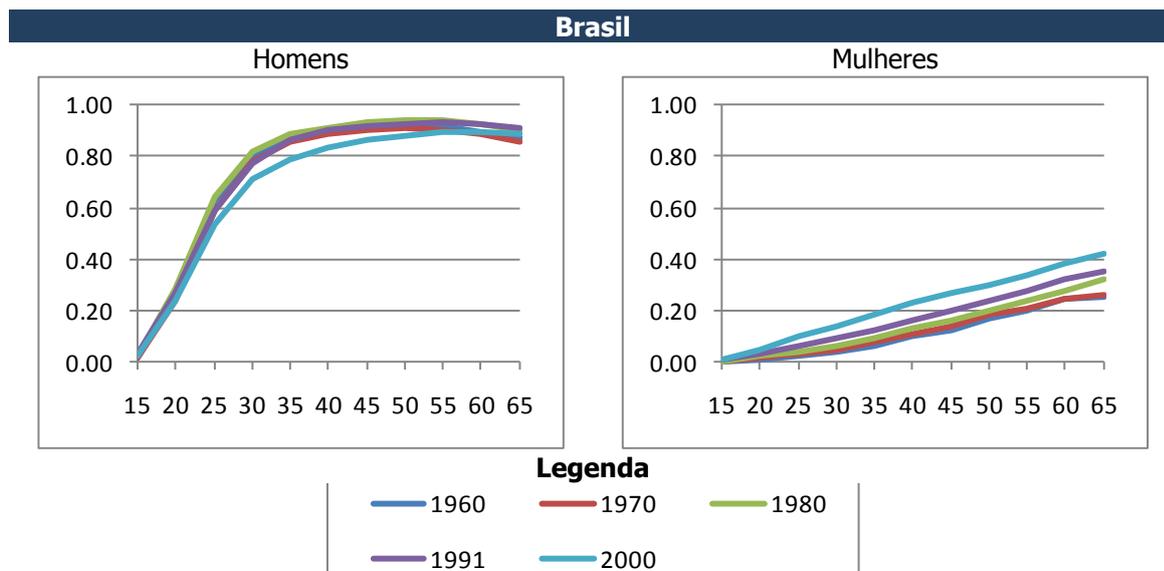


Figura 3 Taxa de chefia por sexo e período. Brasil. 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000
 Fonte: IPUMS (2010)

No que se refere às taxas de chefia de domicílio para o sexo feminino no Brasil para o mesmo período nota-se um crescimento consistente a cada década com pico acentuado por volta dos 70 anos de idade. Este aumento das taxas de chefia femininas pode ser explicado pelas circunstâncias que envolvem mudanças comportamentais no que se refere à autonomia feminina e participação no mercado de trabalho, assim como pela sobremortalidade masculina, sendo que parte destas mulheres podem ser viúvas.

As diferenças observadas nos padrões são consistentes: (i) as taxas de chefia da população total demonstram uma tendência de aumento relativo nas últimas três décadas, que é coerente com a queda da fecundidade e a conseqüente diminuição do tamanho médio dos domicílios; (ii) nas últimas três décadas, as taxas de chefia da população masculina tiveram uma tendência de queda e as taxas femininas tiveram uma tendência forte de crescimento, ou seja, o aumento da taxa total da população se deve apenas ao aumento dos domicílios chefiados por mulheres; (iii) por fim, demonstra que a parcela da população masculina que é chefe tendeu a cair significativamente enquanto a parcela da população feminina que é chefe tendeu a aumentar.

Os padrões observados na maioria dos países da América do Sul, próximos, geograficamente, com o Brasil (Argentina, Bolívia, Chile e Venezuela) sugerem similaridade em padrão e nível com a realidade brasileira. A similaridade surpreende especialmente no Chile, Bolívia e Venezuela, o que, como no caso brasileiro, pode-se traduzir numa *feminização* da demanda por habitação. No caso da Argentina, as variações de nível e padrão são menos notórias, mas ainda assim observa-se progressiva *feminização* da chefia domiciliar. Adicionalmente, no caso da Argentina e Chile, a idade na qual se observa o valor máximo na taxa de chefia masculina é posterior à idade observada no Brasil, indicando que novos domicílios são formados em idades mais avançadas, o que, por sua vez sugere que os casamentos e uniões ocorreriam em etapas mais tardias do ciclo de vida.

Argentina

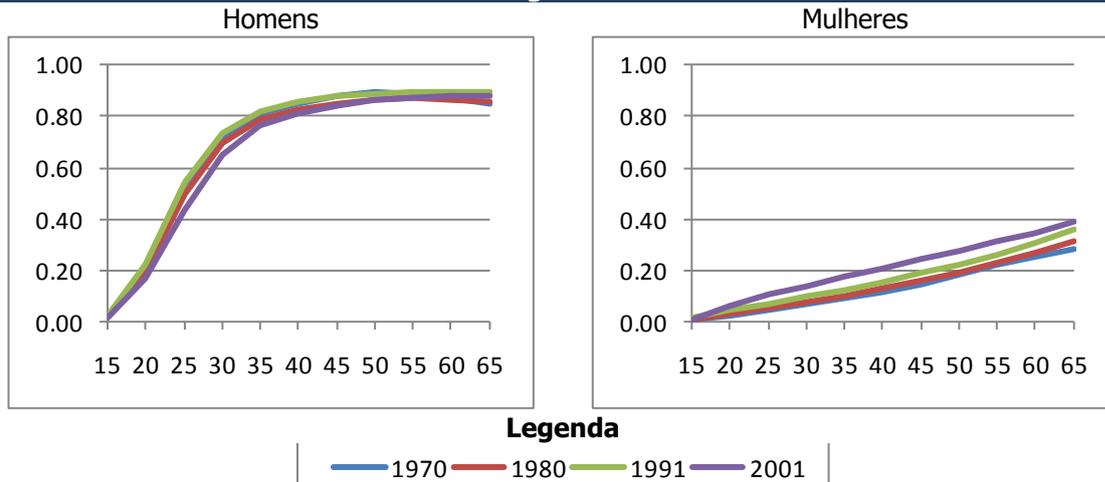


Figura 4 Taxa de chefia por sexo e período. Argentina. 1970, 1980, 1991 e 2000
Fonte: IPUMS (2010)

Chile

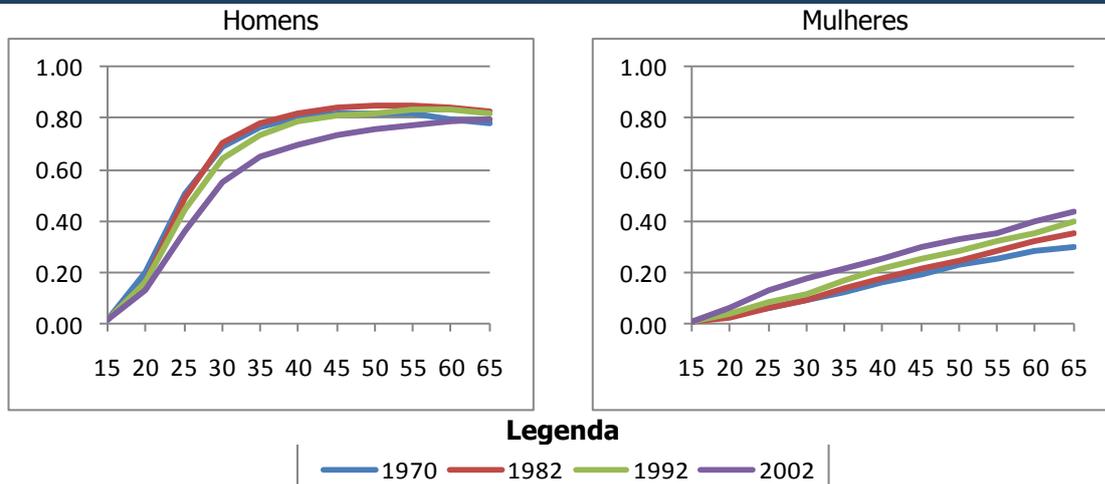


Figura 5 Taxa de chefia por sexo e período. Chile. 1970, 1982, 1992 e 2002
Fonte: IPUMS (2010)

Bolívia

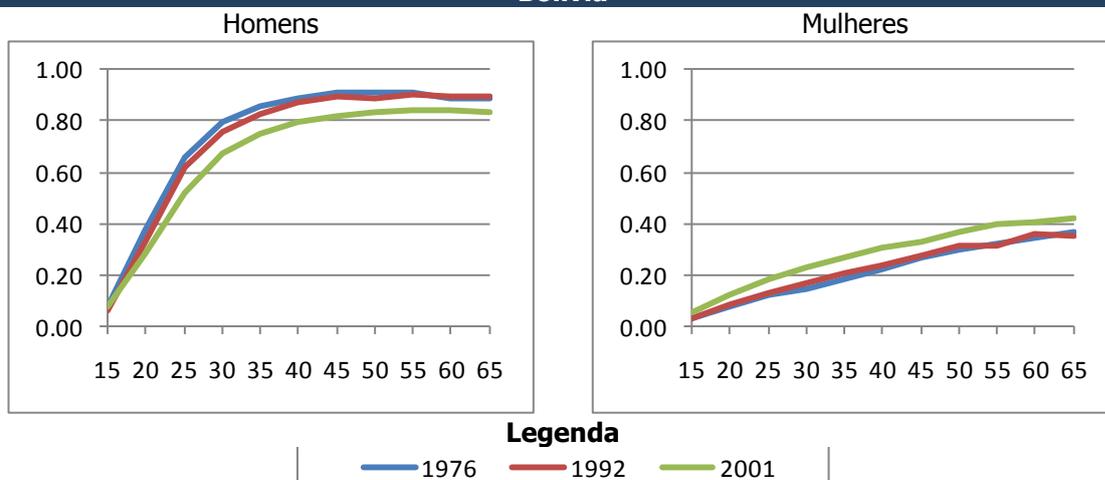


Figura 6 Taxa de chefia por sexo e período. Bolívia. 1976, 1992 e 2001
Fonte: IPUMS (2010)

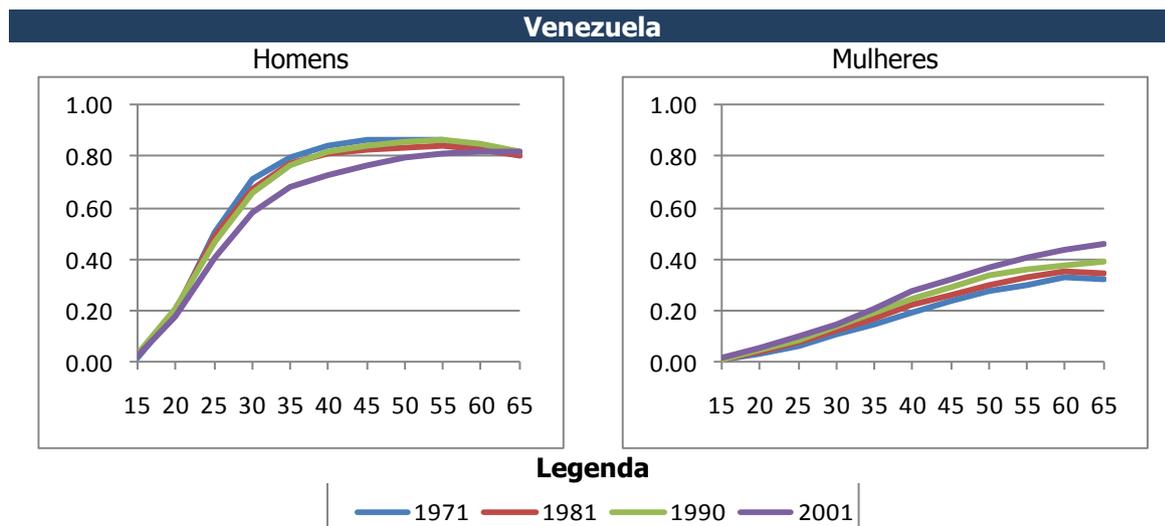


Figura 7 Taxa de chefia por sexo e período. Venezuela. 1971, 1981, 1990e 2001
 Fonte: IPUMS (2010)

Os resultados parciais identificados revelam que no Brasil, Argentina, Bolívia, Venezuela e Chile há grande similaridade nas variações do padrão da função de chefia domiciliar, enquanto na Colômbia, as tendências são distintas. No caso da Colômbia, também observou-se uma progressiva queda no nível da chefia masculina e um progressivo aumento na chefia feminina, nos períodos analisados. Entretanto, as mudanças de padrão e nível da chefia masculina e feminina não são visíveis como nos cinco países analisados anteriormente. É importante ressaltar que a Colômbia é o país com menor IDH dentre os seis analisados e é aquele que apresenta os menores diferenciais de idade entre chefes homens e mulheres. Essa observação, embora mereça comparações de outros indicadores e variáveis, sugere questionamentos de que a *feminização* da chefia poderia ser um fenômeno associado ao nível de Desenvolvimento Humano de uma sociedade.

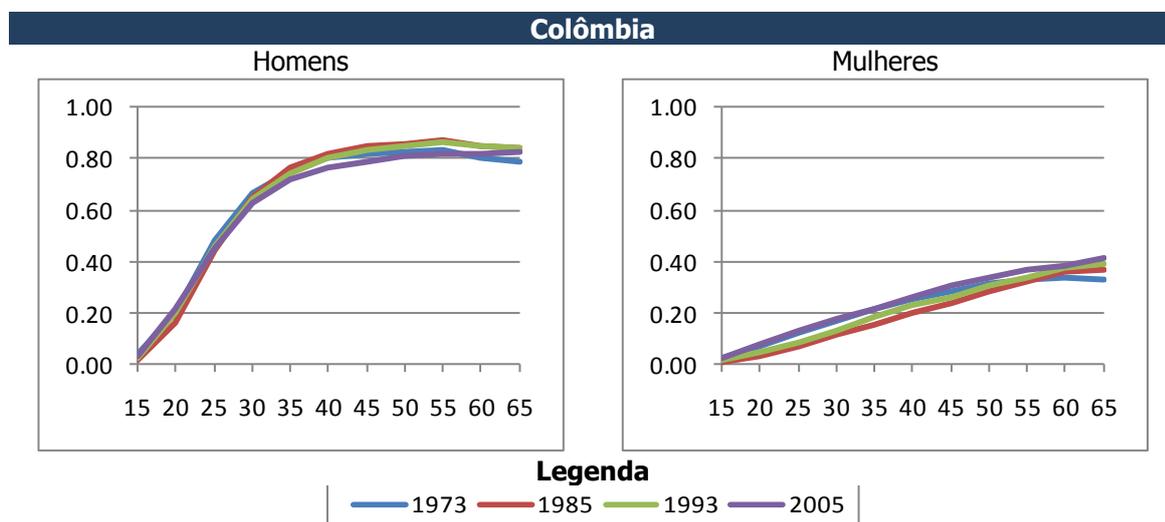


Figura 8 Taxa de chefia por sexo e período. Colômbia. 1973, 1985, 1993 e 2005
 Fonte: IPUMS (2010)

Finalmente, um ponto que merece ser analisado são os critérios adotados nas pesquisas censitárias. Alterações recentes nos quesitos censitários, que progressivamente substituíram a expressão *chefe de domicílio* por *pessoa de referência no domicílio* poderia justificar as mudanças nos padrões das funções de chefia. Entretanto, a análise nos instrumentos de coleta dos censos demográficos não revelou diferenças nos quesitos censitários que justifiquem as

variações nos níveis observadas (Figura 9). O termo *Jefe* é utilizado em todos os cinco países de língua espanhola analisados nesse estudo e o termo *Pessoa responsável* é utilizado apenas no Brasil. Ainda assim, foram notadas as variações de nível e padrão citadas anteriormente sugerindo que o uso diferenciado de termos, no caso brasileiro, não justificaria as alterações.

Argentina	Jefe
Chile	Jefia del Hogar
Brasil	Pessoa responsável pelo domicílio
Colômbia	Cabeza (jefe o jefa) del hogar
Venezuela	Jefe o jefa del hogar
Bolívia	Jefe

Figura 9 Denominação a pessoa de referência nos questionários dos censos demográficos mais recentes. Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Venezuela e Bolívia

Fonte: IPUMS (2010)

Em um estudo anterior (Givisiez, 2009), com comparações internacionais mais amplas, verificou-se que o padrão da chefia dos domicílios espanhóis (figura 10) foi o mais distinto em relação aos demais países. Com relação à terminologia utilizada no questionário dos Censos Demográficos da Espanha de 1991 e 2001, vale ressaltar que em 1991 o termo *persona principal* denominava a primeira pessoa listada no questionário e em 2001 o questionário não denominava a *persona 1* com qualquer outra denominação que se associasse ao *principal proveedor*, o *chefe do domicílio* ou *pessoa de referência*. Ainda assim, também no caso do Censo Espanhol de 2001, os homens são mais frequentemente declarados como chefes de domicílios do que as mulheres.

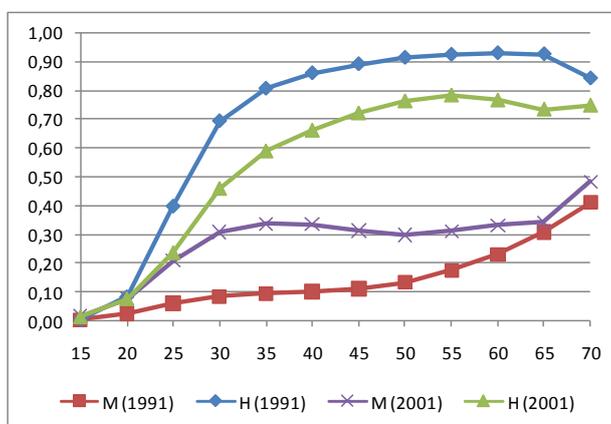


Figura 10 Taxa de chefia por sexo e período. Espanha

Fonte: IPUMS (2009)

4.2 Taxa de atividade dos chefes

As figuras 11 a 16 apresentam as taxas de atividades dos chefes dos seis países analisados. Em todos os casos, em que pese os níveis e padrões ligeiramente distintos, nota-se o progressivo aumento da participação das chefes femininas no mercado de trabalho e a progressiva queda na participação masculina. Adicionalmente, nota-se em todos os casos, que a função de atividade feminina das chefes de domicílios é unimodal, sem indicação de que as mulheres abandonam o mercado de trabalho em função da maternidade.

Esses gráficos destacam o Brasil como, dentre os seis países analisados, aquele em que a taxa de atividade dos chefes homens é a mais alta, indicando que a chefia de domicílios, inclusive nas idades mais jovens, esteja associada a entrada no mercado de trabalho ou com a formação de família. Este padrão não é verificado nos demais países, ou seja, a chefia de domicílio não está totalmente atrelada ao engajamento no mercado de trabalho. Em que pese no caso brasileiro, a função de atividade das chefes mulheres se destacar com os maiores níveis dentre os países analisados, o padrão é distinto da chefia masculina, não estando atrelada totalmente à participação no mercado de trabalho, mesmo no ciclo mais produtivo da vida. Esse padrão pode estar relacionado tanto a dependência financeira da chefe mulher em relação a transferências do setor público, recebimento de pensão (no caso de separação ou viuvez) e nas idades mais avançadas, recebimento de aposentadorias.

A taxa de participação das chefes mulheres na Argentina, em nível, é aquela que mais se aproxima da brasileira. Entretanto, a participação no mercado de trabalho nas idades mais jovens é mais baixa relativamente ao Brasil.

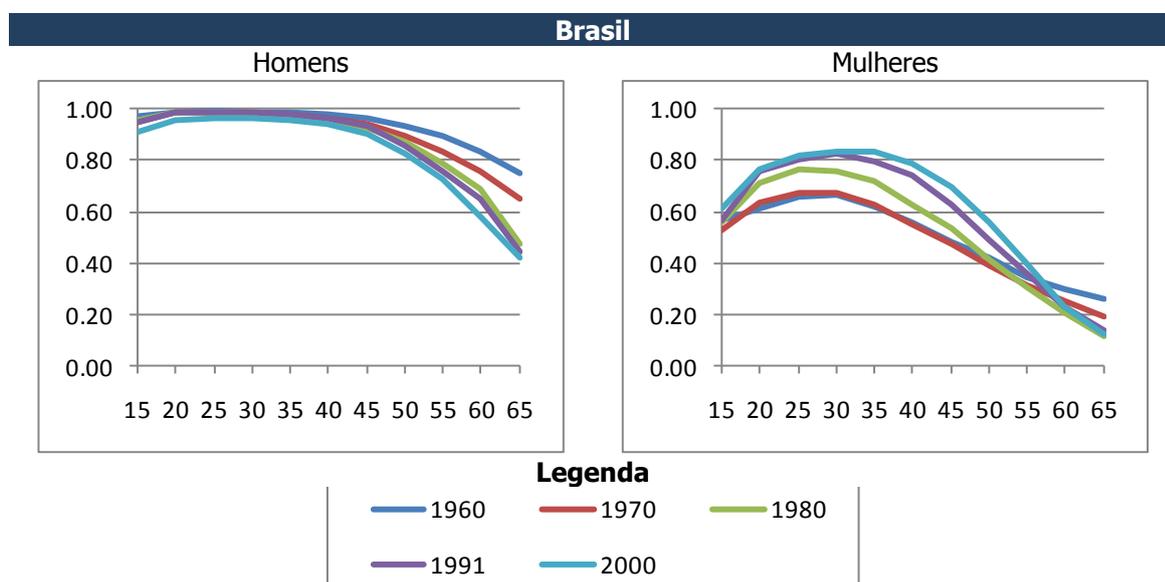


Figura 11 Taxa de chefia por sexo e período. Brasil. 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000
Fonte: IPUMS (2010)

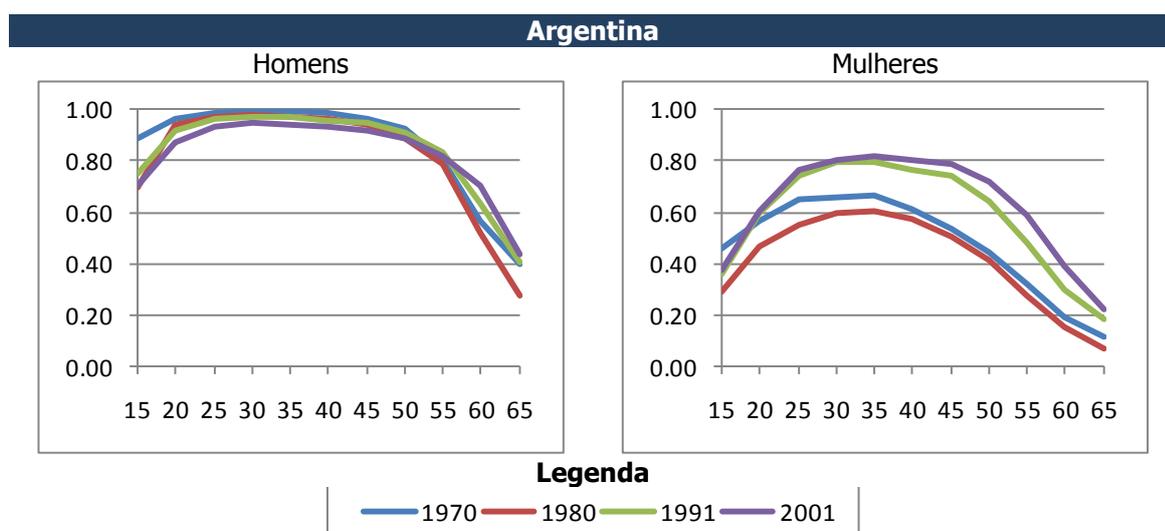


Figura 12 Taxa de chefia por sexo e período. Argentina. 1970, 1980, 1991 e 2000
Fonte: IPUMS (2010)

Bolívia

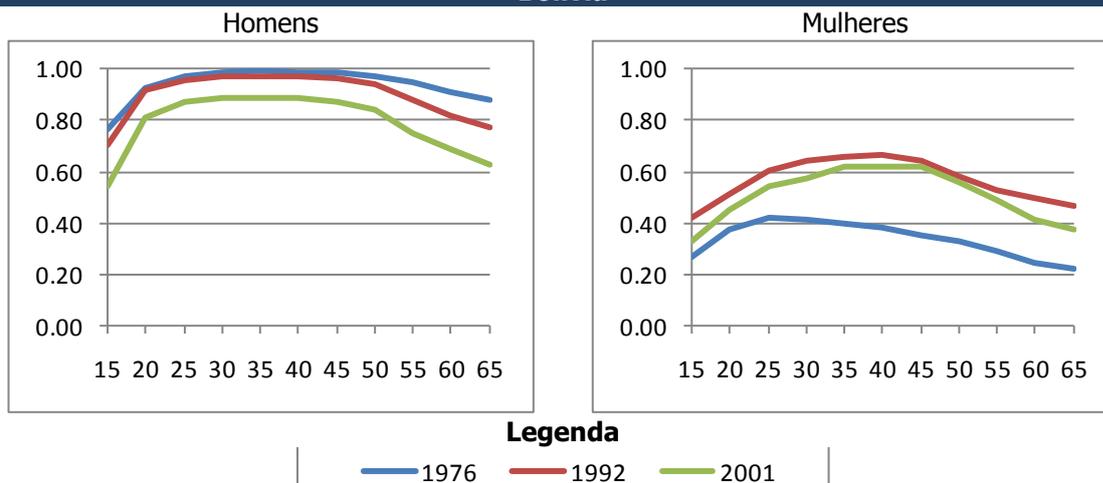


Figura 13 Taxa de chefia por sexo e período. Bolívia. 1976, 1992 e 2001
Fonte: IPUMS (2010)

Chile

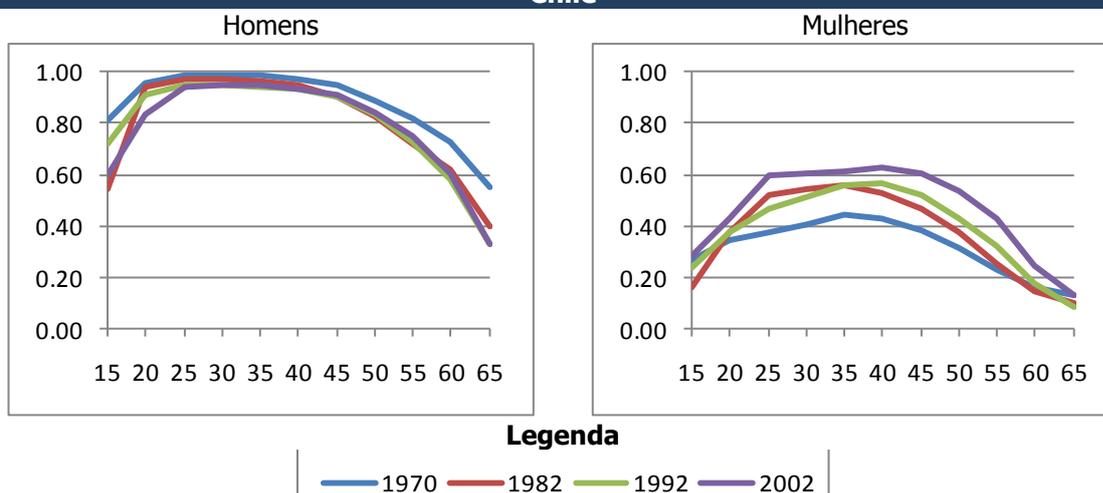


Figura 14 Taxa de chefia por sexo e período. Chile. 1970, 1982, 1992 e 2002
Fonte: IPUMS (2010)

Colômbia

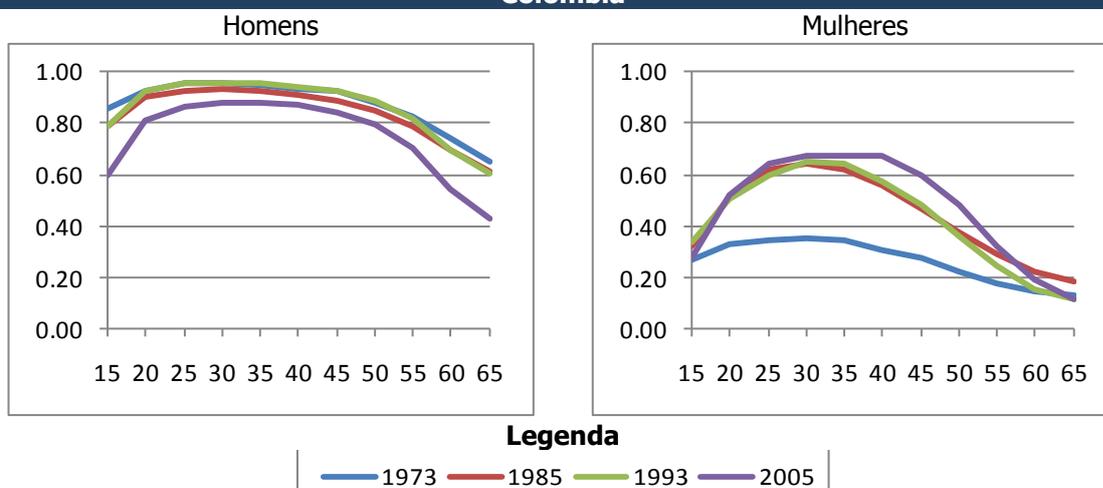


Figura 15 Taxa de chefia por sexo e período. Colômbia. 1973, 1985, 1993 e 2005
Fonte: IPUMS (2010)

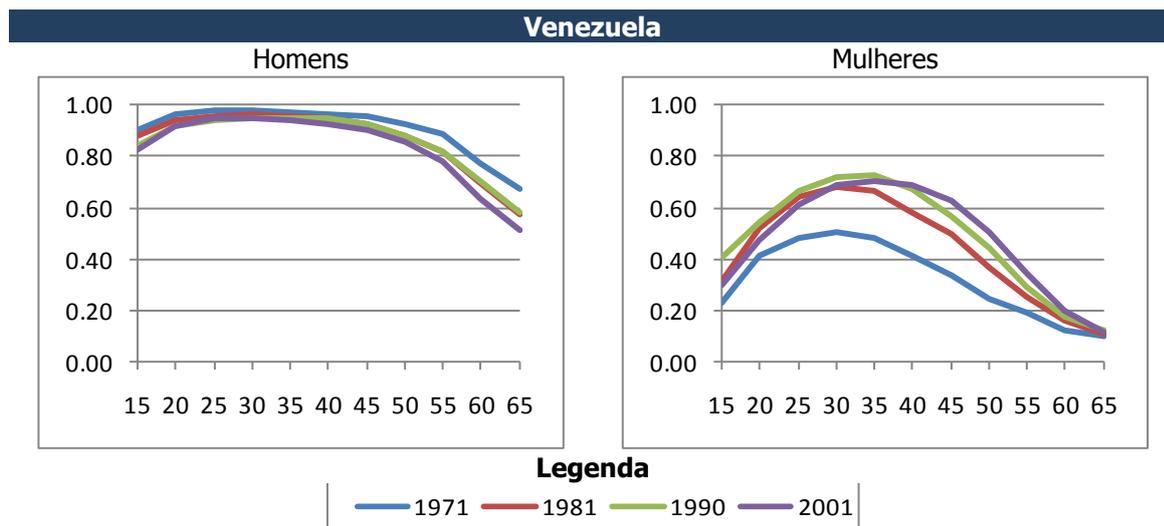


Figura 16 Taxa de chefia por sexo e período. Venezuela. 1971, 1981, 1990e 2001
 Fonte: IPUMS (2010)

Os achados desta seção são coerentes com o aumento da chefia feminina, descrita na seção anterior. Essa constatação também se associaria a transições do ciclo de vida, como a transição para a vida adulta e relacionadas à formação de domicílios, a exemplo da idade de saída da escola, idade ao primeiro filho e idade ao casamento.

Por fim, destaca-se que as descrições aqui colocadas não revelam se o maior número de mulheres chefes é fruto da maior participação das mulheres nas decisões da sociedade, ou seja, do *empoderamento* feminino, ou se é fruto de um maior número de domicílio monoparentais, mantidos por empregos femininos mal qualificados e mal remunerados.

4.3 Razão de sexo, por escolaridade e ocupação

As tabela 3 e 4, a seguir, apresentam a razão de sexos ajustada segundo a escolaridade e ocupação dos chefes dos domicílios. Como forma de facilitar a visualização dos dados as células da tabela foram coloridas de acordo com o valor encontrados. Valores abaixo de 0,95, que indicam maior proporção de mulheres relativamente aos homens, foram coloridos de cor de rosa; valores entre 0,95 e 1,05, que indicam proporção similar entre homens e mulheres, foram preenchidos na cor verde; e valores acima de 1,05, indicadores de uma maior proporção de homens, foram preenchidos na cor azul.

Analisando a proporção de homens e mulheres, de acordo com o nível de escolaridade, percebe-se que para os chefes mais escolarizados há uma tendência de diminuição do indicador, sugerindo um progressivo empoderamento das mulheres. No caso brasileiro, por exemplo, nota-se que, em 1960, a proporção de homens chefes com nível superior era 7,05 vezes maior que a proporção de mulheres e, em 2000, essa estimativa foi de 0,80. Esse indicador também era expressivamente alto nos demais países em períodos próximos a 1970 e foi notada tendência de queda em todos eles. A progressiva diminuição desse indicador para os chefes com mais escolaridade poderia sugerir que a hipótese de empoderamento das mulheres seria válida.

Entretanto, a estimativa para nível mais baixos de escolaridade não apresentou tendência consistente de incremento ou decremento. Para chefes sem pelo menos o ensino fundamental, apenas o Brasil e a Colômbia apresentaram valores que sugerem equilíbrio entre chefes

homens e mulheres e nos demais países, observa-se maiores proporções de mulheres do que homens com menores níveis de escolaridade. Ou seja, no sentido oposto, os valores calculados para os chefes sem ensino fundamental sugeriram o aumento da pobreza dos domicílios chefiados por mulheres.

Tabela 3
Razão de sexos dos chefes, por categoria de escolaridade. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela

País	Nome	Período	Escolaridade			Nível superior
			Sem fundamental	Fundamental	Secundário	
Argentina		1970	0,852	1,090	1,800	2,560
		1980	0,806	1,096	1,269	1,989
		1991	0,774	1,123	0,889	1,354
		2001	0,867	1,176	0,815	1,078
Bolívia		1976	0,859	1,430	1,475	7,096
		1992	0,693	1,362	1,329	2,398
		2001	0,620	1,404	1,239	1,883
Brasil		1960	0,974	1,171	1,922	7,056
		1970	0,969	1,333	1,001	2,841
		1980	0,964	1,229	0,954	1,485
		1991	0,964	1,264	0,944	0,954
		2000	1,014	1,119	0,900	0,827
Chile		1970	0,884	1,064	1,208	2,830
		1982	0,833	1,093	1,084	2,167
		1992	0,773	1,073	1,103	1,476
		2002	0,765	1,035	1,044	1,398
Colômbia		1973	0,916	1,066	1,505	6,001
		1985	0,912	1,015	1,120	2,087
		1993	0,956	0,979	1,121	1,401
		2005	1,037	1,020	0,945	0,954
Venezuela		1971	0,812	1,471	2,970	6,966
		1981	0,773	1,215	1,575	2,465
		1990	0,804	1,124	1,168	1,289
		2001	0,893	1,058	0,980	0,767

Fonte: IPUMS (2010)

A tabela 3 estima a razão de sexos segundo a proporção das ocupações dos chefes dos domicílios. Os valores encontrados nesse caso não apresentaram consistência suficiente para permitir a comparação entre os países, provavelmente, em função da qualidade dos dados ou devido a dificuldades de compatibilização entre as bases. Ainda assim, alguns comentários merecem ser feitos, e, nesse sentido, caso fosse observada a hipótese de empoderamento das mulheres, notar-se-ia menores valores para a razão de sexos ajustada nas categorias de ocupação que exigissem maior qualificação, a exemplo dos *Diretores e Gerentes*. No sentido oposto, mantida a hipótese de empoderamento, seriam observados valores maiores nas ocupações que exigissem menos qualificação, a exemplo das *Ocupações Elementares*. Observa-se, dessa forma, os valores observados são contrários à essa hipótese, embora seja notada uma lenta transição no sentido de empoderamento das mulheres, para as duas categorias extremas. Vale ainda observar as ocupações tradicionalmente classificadas como masculinas e femininas, ou seja, *trabalhos manuais, operadores de máquinas e equipamentos, e profissionais especializados em agropecuária, florestais e pesca*, no lado dos homens; e *profissionais científicos e intelectuais (professores inclusive); apoio administrativo; e empregados de serviços e comércio*, do lado das mulheres. Nessas ocupações não foram notadas alterações expressivas nos períodos analisados e, em todo o período analisado, as profissões masculinas mantiveram-se masculinas e as profissões tradicionalmente femininas mantiveram-se femininas.

Tabela 3
Razão de sexos dos chefes, por categoria de ocupação. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela

País		Ocupação (Classificação ISCO)								
Nome	Período	Diretores e gerentes	Prof. Cient. e Intelec.	Técnicos de nível médio	Apoio Adm.	Serviço e comércio	Prof. Especializados em Agrop.	Trab. Manuais	Oper. de máq. e equip.	Ocupações elementares
Argentina	1970	2,016	0,495	0,417	0,764	0,929	4,572	1,603	7,623	0,274
	1980	2,345	0,413	0,492	0,640	0,372	5,546	2,277	13,540	7,659
	1991
	2001
Bolívia	1976	0,200	0,430	1,499	0,665	0,174	2,305	1,320	1,454	1,053
	1992	1,605	0,631	1,288	0,765	0,262	1,342	2,191	12,199	0,363
	2001	1,743	0,784	1,647	0,499	0,272	1,500	2,148	24,464	0,254
Brasil	1960	1,695	0,518	4,553	0,859	0,081	1,593	0,957	16,010	0,344
	1970	1,680	0,378	2,384	0,567	0,068	1,631	1,410	11,555	0,455
	1980	1,584	0,306	1,922	0,660	0,417	2,150	1,873	4,587	0,226
	1991	1,411	0,263	1,379	0,586	0,426	3,266	2,007	5,203	0,308
	2000	1,478	0,545	0,629	0,407	0,352	3,861	11,165	1,623	0,615
Chile	1970	0,329	0,499	0,335	0,871	0,309	4,611	1,326	2,120	1,006
	1982	0,734	0,505	0,304	1,051	0,207	6,874	2,089	3,399	1,063
	1992	1,107	0,566	0,706	0,630	0,431	6,323	2,669	3,850	0,504
	2002	1,067	0,663	0,754	0,620	0,492	6,417	4,061	5,272	0,661
Colômbia	1973	1,100	0,585	1,313	0,593	0,268	4,907	0,779	2,133	0,747
	1985
	1993
Venezuela	1971
	1981	2,112	0,517	0,703	0,412	0,490	7,954	2,690	10,068	0,469
	1990	1,517	0,473	0,659	0,323	0,666	10,132	2,833	9,100	0,553
	2001	1,027	0,455	0,711	0,291	0,423	9,843	3,889	12,089	0,638

Fonte: IPUMS (2010)

5 Considerações Finais

Não se pode negar a associação entre chefia de domicílio feminina e pobreza. Entretanto, os resultados aqui encontrados não indicam que ela esteja aumentando. Os resultados também sugerem que não se pode generalizar essa associação, pois, existe uma heterogeneidade entre as mulheres chefes. Enquanto as menos escolarizadas são, proporcionalmente, mais em relação aos homens, sem tendência de mudanças, enquanto as mais escolarizadas tendem a aumentar. O empoderamento da mulher é uma política que deve ser valorizada independentemente da condição da mulher no domicílio ou na família, e entende-se que a variável mais importante de empoderamento é a educação. É a educação que abre as portas para o mercado de trabalho e capacita à mulher ter autonomia sobre seu destino.

Uma política de empoderamento não se pode privar do acesso à educação de qualidade, pois, estando a mulher casada ou não, sendo chefe ou não, ela poderá transitar para uma situação de chefia, se necessário, sem, no entanto, impactar o bem estar socioeconômico do domicílio.

Entende-se contudo, que é mais fácil produzir gerações de mulheres e homens escolarizados, garantindo-lhes o direito à educação de forma equitativa desde a mais tenra infância, do que desenhar políticas ativas para mulheres em situação de desigualdade de gênero. Contudo não se pode ignorar o contingente de mulheres chefes em situação de desigualdade, para estas, além da educação, uma política de empoderamento deve incluir políticas de geração de trabalho e renda.

6 Referências bibliográficas

BARROSO, Carmem. Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família no I Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais; 1978.

BONI, Valdete. Poder e desigualdade: as relações de gênero entre os sindicalistas rurais de Chapecó. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21703.pdf>

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. 1, Apr. 2004. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100015&lng=en&nrm=iso. access on 13 Sept. 2010. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100015.

BUVINIC, Mayra; GUPTA, Geeta Rao (1994). Targeting poor woman-headed households and woman-maintained families in developing countries: views on a policy dilemma. Washington, DC: ICRW.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. Resumo de texto apresentado na I Conferência Estadual da Mulher, organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher, Governo do Estado do Rio Grande do Sul — 1999

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves (coordenador). Projeção de demanda demográfica por moradias. Campos dos Goytacazes, RJ: IUCAM/FAPERJ. 2009. 56 p. (Relatório Final de Pesquisa. FAPERJ. Programa “Prioridade Rio – Apoio ao estudo de temas prioritários para o Governo do Estado do Rio de Janeiro” Ref. Projeto: E-26/110.490/2007. Uso restrito)

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. Estudos Feministas, v.4, n.2, p.464-479, 1996

LESSA, Iara. Transformações e continuidades nos programas de bem-estar social no Canadá. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, Dec. 2007. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600015&lng=en&nrm=iso. access on 13 Sept. 2010. doi: 10.1590/S1413-81232007000600015.

MENDES, Mary Alves. Gênero e Poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências - v. 1, n. 1 - janeiro a junho de 2008. Disponível em <http://veredas.favip.edu.br/index.php/veredas1/article/viewFile/68/61>

MONTALI, Lilia; TAVARES, Marcelo. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 25, n. 2, Dec. 2008. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000200002&lng=en&nrm=iso. access on 13 Sept. 2010. doi: 10.1590/S0102-30982008000200002.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999), Caxambu, XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (2002), Anais.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres, RIO DE JANEIRO, ENCE/IBGE: [2002].

PEARCE, Diane (1978). The feminization of poverty: women, work and welfare. Urban and Social Change Review, p.28-36

PINHEIRO, Luana et al. Retrato das Desigualdades de gênero e raça. 3. ed. Brasília: Ipea:SPM: UNIFEM, 2008. 36 p. : gráfs., tabs. Inclui CD-ROM e um Cartaz. ISBN: 978-85-7811-014-7

ROGERS, Beatrice Lorge. Alternative definitions of female headship in the Dominican Republic. World Development, v.23, n.12, p.2033-2039, 1995

UNIFEM. Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres; UNCG. Pacto global das Nações Unidas. Princípios de Empoderamento das Mulheres Igualdade Significa Negócios. Disponível em: http://www.6rtd-rj.com.br/novo/admin/pdfs/Traducao_dos_Principios_de_Empoderamento_das_Mulheres.pdf. Acesso em: 30-out-2010

YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes; ALBUQUERQUE, Beatriz de Mello. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2007. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000300012&lng=en&nrm=iso. access on 13 Sept. 2010. doi: 10.1590/S0102-79722007000300012.